

NO PINTCHA



ÓRGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

CIMEIRA DE TRIPOLI: A PRESERVAÇÃO DA UNIDADE

«Embora não tenha atingido o «quorum» necessário para a sua realização, em nome da OUA, o encontro de Tripoli representa uma demonstração de força de vontade dos dirigentes africanos e, por ser a primeira vez que uma Cimeira africana reúne elevado número de chefes de Estado que participaram activamente nos debates de assuntos de interesse para a África. A sua importância ressalta, por outro lado, do facto de a Conferência ter sido organizada na Líbia, um país Revolucionário, que desempenhou um papel relevante de van-

guarda na luta dos povos africanos, pela sua libertação». Esta opinião foi expressa, ontem, pelo Presidente do Conselho da Revolução, Nino Vieira, no seu regresso de Tripoli.

Durante a sua permanência na capital líbia, o chefe de Estado participou na reunião informal convocada pela OUA e teve ocasião de avistar-se com vários chefes de Estado ali presentes, particularmente com o líder líbio, Moamar El Kadaffi, com quem analisou questões da actualidade internacional e de cooperação bilateral. (VER PÁG. 8)



EUA FINANCIAM PROJECTO AGRÍCOLA

Um acordo avaliado em cerca de 82 milhões de pesos foi assinado entre o nosso país e os Estados Unidos da América e destinado ao projecto da cultura do arroz no vale do Geba.

Ao usarem da palavra durante o acto, o Ministro do Desenvolvimento Rural, camarada Paulo Correia e o embaixador dos EUA em Bissau, senhor Peter Jon de Vos realçaram a cooperação existente entre os dois países, concretamente entre aquele Ministério e a Agência Americana para o Desenvolvimento (AID).

Segundo referiram na altura, o projecto é avaliado em 4,5 milhões de dólares com duração até 1985, o que irá beneficiar 1203 famílias, cerca de 7 200 pessoas.

Entretanto, foi lançada a primeira pedra da nova Embaixada dos EUA, sita na Avenida 14 de Novembro e cujas obras estão a cargo da empresa Soares da Costa.

SEMINÁRIO PARA QUADROS REGIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O camarada Cruz Pinto, do Comité Central do PAIGC e Ministro da Administração Interna, Função Pública e Trabalho presidiu, anteontem, nas instalações da Escola de Direito, à inauguração do I Seminário de Superação de Quadros Regionais da Administração Interna, que decorrerá até ao fim deste mês.

Durante este curso, que visa a elevação de conhecimentos dos Presidentes regionais e de sector, serão ministrados temas variados que se situam nas áreas da Administração pública, agricultura, urbanismo e construção civil, eco-

nomia e finanças, direitos constitucionais, direito administrativo, estatuto do funcionalismo, entre outros assuntos.

O seminário conta com a colaboração de técnicos e quadros ex-

perientes dos Ministérios do Desenvolvimento Rural, das Obras Públicas, Construção e Urbanismo, da Economia e Finanças e Ministério da Administração Interna, organismo que promoveu a iniciativa.



MENSAGEM

A SAÚDE MARIA

O camarada Victor Saúde Maria, do BP do PAIGC, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e Primeiro-Ministro recebeu em audiência na segunda-feira passada o embaixador de Portugal, Meneses Cordeiro que lhe fez a entrega de uma mensagem do Primeiro-Ministro português, Francisco Pinto Balsemão.

O conteúdo da referida mensagem não foi revelado aos órgãos de informação, mas presume-se que ela se trata das relações entre os dois países.

Por outro lado, na manhã de quarta-feira passada, o Primeiro-Ministro Saúde Maria recebeu em audiência no seu gabinete de trabalho o embaixador senegalês acreditado em Bissau e residente em Dakar. Durante a audiência foram abordadas questões de cooperação bilateral entre os dois países.

ARISTIDES PEREIRA SAÚDA NINO VIEIRA

Por ocasião da passagem do 23.º aniversário do massacre de Pindjiguiti, comemorado a 3 de Agosto, o Secretário-Geral do PAIGC e Presidente do Conselho da Revolução, camarada João Bernardo Vieira, rece-

beu mensagem do Presidente de Cabo Verde, Aristides Pereira, que expressa «eterna gratidão a todos aqueles que concederam sacrifício máximo para que os ideais superiores dos nossos povos se concretizassem na in-

dependência e soberania dos nossos dois países».

Na mensagem, o chefe de Estado cabo-verdeano afirmou-se convencido de que cada passo dado pelas duas partes no sentido da normali-

zação das relações entre os dois povos representa uma homenagem aos nossos heróis e mártires, ao mesmo tempo que assegura determinação do seu Governo em continuar acções que visem a criação de ambiente de con-

fiança mútua no interesse dos dois povos.

Entretanto, na mesma ocasião, o nosso embaixador em Portugal, camarada Leonel Vieira, endereçou mensagens ao Presidente Nino Vieira.

A deturpação do Ramadão

Quando uma criança inocentemente faz algo de mal, nós os mais velhos sempre dizemos não faça isso, com boas palavras. Mas quando ele volta a repetir, é porque está sendo teimoso, e a nossa atitude é um «psst», sai daí!

O Ramadão não é propriamente uma festa dos crentes de Alah, mas sim um ritual em sua honra, honra essa que é duma missão cumprida após trinta dias de jejum. Mas quando surgem divergências no seio do mesmo, nós que achamos que tudo é maravilhoso, cria-nos um certo «suspense» quando estes crentes que achamos unidos em torno de um mesmo ideal, se dividem em dois grupos. Será tribalismo? A resposta só eles nos poderão dar, porque para nós menos identificados com a religião, isso leva-nos a perguntar então o que é a religião? Segue-se a vontade dos homens ou de Deus?

Alah é o único em toda a parte, e aos seus seguidores não interessa a que casta pertencem, o que interessa é a fé na religião de Mahomed. Fulas e mandingas devem segui-la como cordeiros do mesmo pastor. Só quem não ouviu a rádio Senegal, Conakry, Mautitânia... não saberia que o dia 22, era o dia certo. Então se essa data era a ideal porquê então as deturpações da mesma? Um padre em qualquer parte do mundo é um ser humano representante de Deus perante os homens, e ele é respeitado como tal, mas a missão dele é cumprir os seus deveres perante a realidade e não inventar nada.

Que mais queria o nosso Almamy? É através da lua nova que o Alah dá o seu sim, e o Alah deu-o no dia 21, e a própria lua foi testemunha eminente da vontade de Alah. Só quem não quis ver não viu, porque os Almamy doutros países viram, e só o nosso é que não viu ou não quis ver. O homem actual é livre de ideias, portanto pode escolher o que mais lhe convém, mas só que tudo isso tem que ser com respeito e disciplina.

O nosso Estado tem respeitado todas as religiões, mas a religião deve ter respeito para com o nosso Estado. Quando o Estado por certas conveniências ou inconveniências acha que deve ser hoje ou amanhã, temos que cumprir, e depois sentamos à mesa com os representantes do Estado e conversamos com eles. Porque é o Partido e o Estado que dirigem a sociedade. E todas as coisas devem flutuar dentro das estruturas do mesmo. Ou será que há dois Ramadãos distintos? Que o mal seja cortado pela raiz, porque senão a árvore vai crescendo e será o cancro. Basta, por favor! Que este ano seja o último.

Tenho a certeza que quando as notícias destas linhas chegarem ao alcance do senhor Almamy, ele dirá: que imiscuidor este «kafri» está sendo. Só que a minha crítica não leva o veneno de uma víbora, mas sim a nobreza de uma andorinha e a paz de uma pomba, porque a democracia é assim. Permite-nos a crítica construtiva e auto-crítica, é assim as leis do centralismo democrático.

JORGE PANAMHODAY

Pedido de correspondência

Maria de Lourdes Monteiro Rodrigues de 19 anos de idade, guineense deseja corresponder e trocar revistas com brasileiros de idade compreendida entre os 18 e os 22 anos.

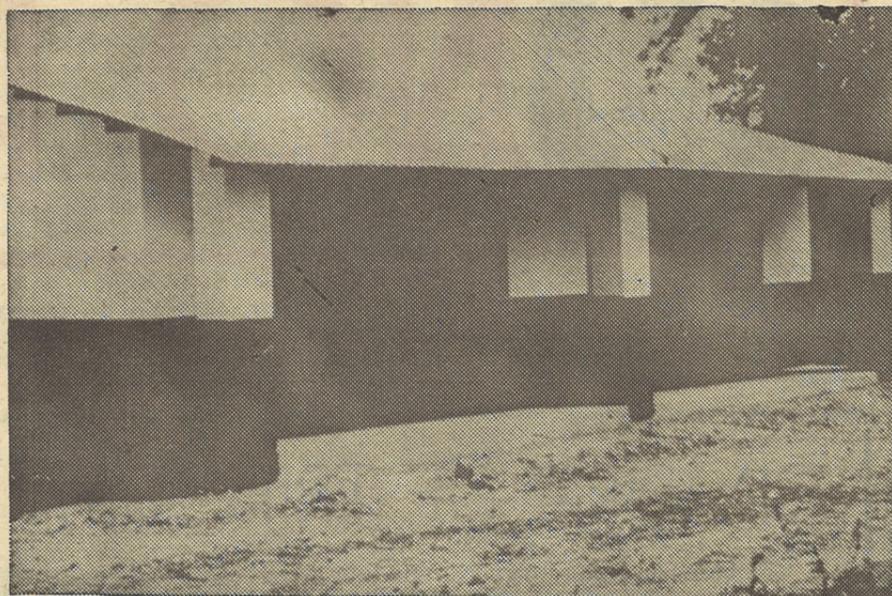
Escrever ao cuidado de Leonor Campos - CP 36 - Bissau - Guiné-Bissau.

Biombo tem nova escola

Em Quinsana, sector de Biombo, foi inaugurada a semana passada, uma escola primária construída pela Fundação dos Voluntários Holandeses em menos de seis semanas, na base de um subsídio solicitado pela família Jan Van Maaen e Will Venes aos amigos e familiares.

No momento da cerimónia, o camarada Quecuta Sani, vice-presidente do Comité de Estado da Região de Biombo, disse que a nova escola seria decisiva para o combate ao analfabetismo e que a população deveria aproveitar no máximo os recursos naturais e humanos, para o aumento da Produção, sem os quais, as crianças nunca poderão frequentar as aulas.

Por seu turno, o engenheiro Jan Van Maaen, coordenador da Fundação, fez um historial do que foi o projecto e declarou que a escola é o resultado do



seu casamento e ao mesmo tempo uma recordação que irão deixar à Guiné-Bissau. Em seguida, o camarada Bacar Fati, delegado Regional do MEN, classificou de valiosa a contribuição prestada pelo casal holandês no campo da Educação, considerando que com a nova escola irá haver uma redução de número

de barracas. Exortou, por outro lado, a população local para a conservação e protecção dos móveis e a deixarem os filhos ir à escola.

Para representar a direcção de MEN, esteve presente o camarada Eufrágio dos Santos, chefe da Repartição de Construção e Reparação dos edifícios escolares,

que declarou a satisfação de ver aumentar consideravelmente o número de salas. Considerou a escola como património local e que, portanto, os comités locais, pais e alunos devem amá-la. Segundo ele, se isso acontecer não só famílias, mas também organizações e países prestarão mais auxílio a Guiné-Bissau.

Inauguração de Centros de Saúde

Regressou à capital a delegação do Ministério de Saúde e Assuntos Sociais que se deslocara à Região de Tombali e Quinará, onde procedeu ao inventário e apetrechamento dos hospitais e centros de saúde. De acordo com o Director-Geral de Assistência Hospitalar, camarada dr. Sabino

Dias, que chefiou a delegação, após a efectivação destes serviços, todos os centros sanitários já estão devidamente equipados, aguardando-se a inauguração, prevista para Setembro próximo. Ainda segundo fontes afectas ao referido Ministério, esses centros ostentarão os nomes dos combaten-

tes tombados na área no período da luta de Libertação Nacional.

A abertura destes novos postos de saúde, constituirá um avanço na grande luta pela consecução dos objectivos da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do MSAS que visa atingir a saúde para todos até o ano 2000.

Suplemento
cultural
sai
no sábado

Responde o povo

A Unidade Africana em causa?

Em Fevereiro último, aquando da reunião do Conselho de Ministros, reunido em Addis-Abeba (Etiópia), 19 países abandonaram a sala de conferência, em protesto à admissão da República Saharaoui Democrática como 51.º membro da OUA. Segundo os descontentes, a decisão cabia aos Chefes de Estado e não aos ministros, pelo que foi decidido levar o problema à discussão na Cimeira da Trípoli, que devia ter lugar na semana passada, na capital líbia.

No entanto, devido à falta de quorum, o encontro dos Chefes de Estado não se chegou a efectivar, pois apenas encontravam-se presentes 30 representantes dos países membros, quando o número considerado normal para a realização da Cimeira era de 34. Portanto, mais uma vez foi adiada a solução definitiva da admissão daquela jovem República, proclamada pela Frente Polisário, na antiga Sahara espanhola.

Em vésperas do acontecimento, o «Nô Pintcha» recolheu a opinião de algumas pessoas sobre a questão e cujas respostas passamos a registar.

Gregório Vaz Ferreira - aluno da 8.ª classe em Maísoa. Penso que esta cimeira a nível dos

chefes de Estados africanos irá resolver as contradições de ideias e ruptura que afectam

a O. U. A. neste momento, proveniente do reconhecimento da R.A.S.D. em Addis-Abeba como membro da Organização, aquando da reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros. É nosso desejo ver resolvida a questão saharauí, embora esteja ainda em luta. As decisões tomadas por certos países africanos até certo ponto contrariam os objectivos da O.U.A., e os direitos de todos os povos à liberdade e dignidade.

APOIAR A R.A.S.D. E COLMATAR AS BRECHAS

Nelo Bá - morador em Belém (22 anos de idade). O nosso Chefe de

Estado deve dar todo o seu esforço para se colmatar as brechas existentes em torno da organização (O.U.A.), tanto políticas, sociais, económicas e culturais, com vista à concretização mais rápida dos anseios de todos os africanos dignos e conscientes. A nossa decisão deve apoiar sem preconceitos e ambições particulares o povo saharauí que luta contra a dominação marroquina. E porque não, se bem que a Guiné-Bissau passou a mesma fase? Embora a crise contínuo no seio da Organização, desde que estejam dois terços dos membros delegados as decisões devem ser tomadas.

Redução das actividades dos Bombeiros Humanitários



Os Bombeiros Humanitários de Bissau reduziram a sua prestação de socorros, devido às dificuldades materiais que a organização enfrenta de momento. Estas informações foram-nos fornecidas pelo comandante daquela corporação, camarada Carlos Mané. Segundo ele, houve até casos de partos na porta da corporação, porque as parturientas, julgando que se recorressem aos Bombeiros iriam encontrar meio de transporte que lhes permitisse chegar ao hospital. «Mas como não temos viaturas, as pessoas acabam por

dar à luz aqui mesmo, sem as mínimas condições de assistência».

Falou-nos também do caso de incêndios que se registam nos veículos, como o caso que se passou com uma viatura da empresa Soares da Costa. Não dispondo a corporação de extintores, tiveram que recorrer ao capim que meteram dentro do capon do carro, permitindo deste modo abafar a chama.

«Que fazer? No momento das dificuldades, experimentamos tudo, pelo que, neste momento, quero recomendar o sistema aos condutores dos veículos caso hou-

ver incêndio do género e não disporem de extintor», salientou Carlos Mané.

Um outro facto que aquele responsável lamenta é a inexistência de motobombas, pois há dias deu-se três casos de inundação e mandaram chamar os Bombeiros a prestar socorros. Mas como não dispunham de motobombas, nem de capas e botas de borracha, tiveram que ir de tronco nú e com baldes de massa tentar retirar a água. Ainda segundo o nosso entrevistado, neste momento encon-

tram-se paralisadas as actividades da empresa Socotram, devido inundação das águas que ameaçam cobrir as máquinas de produção. Esses factos podem vir a atingir proporções enormes.

A concluir, lançou um apelo ao Governo a fim de procurar soluções do caso dos Bombeiros Humanitários de Bissau, pois não faz sentido ter homens sem material, ao mesmo tempo que apela à compreensão do público da capital pela impossibilidade de prestação de socorros.

Aeroflot: Alterações nos voos

Segundo informações colhidas junto da sua delegação em Bissau, a Companhia Aérea Soviética, AEROFLOT, vai registar uma alteração na sua carreira durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro.

Ainda segundo aquela fonte, as alterações relacionam-se com as obras de alargamento

do aeroporto de Buda-pest, pelo que se revestem de carácter temporário.

Entretanto, este é o novo horário de voos que irão ser quinzenal e não semanal como têm vindo a ser até aqui.

Mês de AGOSTO — Moscovo — partida dia

12; chegada a Bissau a 13 e regresso a Moscovo no dia 14.

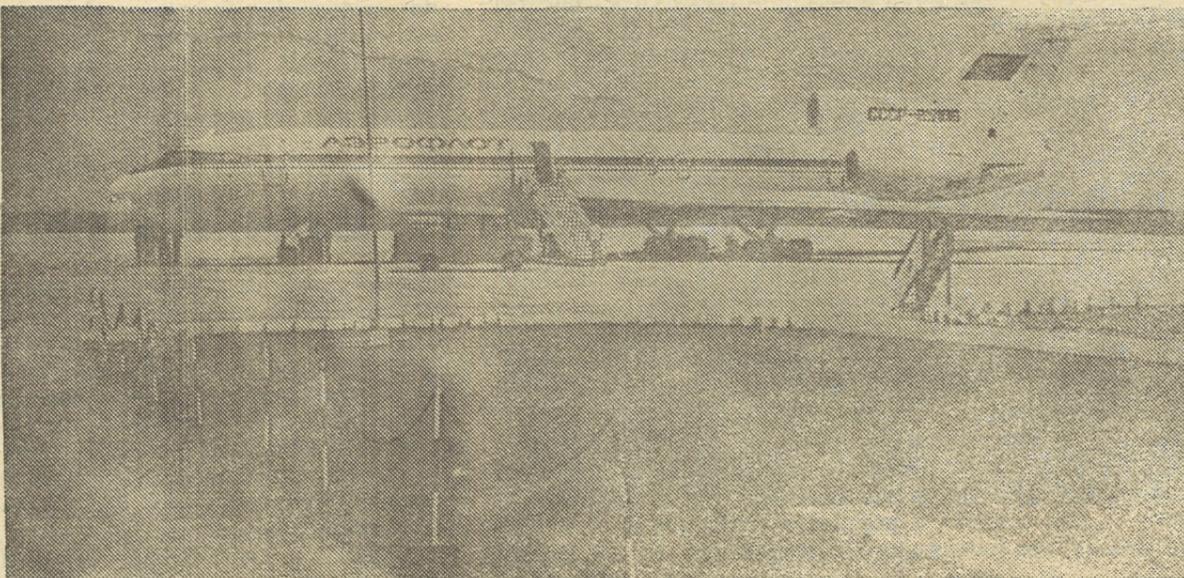
Moscovo — partida — 23; — chegada a Bissau 27, e regresso a Moscovo 23.

SETEMBRO — Moscovo — partida — 9, chegada a Bissau — 10, regresso a Moscovo — 11 Moscovo, — partida

23; chegada a Bissau — 24; regresso a Moscovo, 25.

OUTUBRO — Moscovo — partida 14, chegada a Bissau — 15; regresso a Moscovo 16.

Moscovo — partida 28, chegada a Bissau — 29, regresso a Moscovo 30.



Danilo Pedro:

Unidade na produção factor de progresso

Numa oficina de reparação de motociclos, «Nô Praça» falou com Danilo Pedro, nascido em Bissau, solteiro, de 22 anos de idade, dos quais 10 como mecânico, profissão que muito estima, visto que ali ganha o suficiente para as suas necessidades.

Afirma trabalhar muito, porque é a única forma de contribuir para o progresso da nossa terra, mas que, a unidade em torno de produção é fundamental.

Como se chama e que idade tem?

— O meu nome é Danilo Pedro e tenho 22 anos de idade.

É casado?

— Não, sou solteiro.

Já teve outras profissões?

— Não, a minha primeira e única profissão é a mecânica, embora este ano tenha que deixar um pouco essa profissão, pois penso dar contribuição como professor a fim de poder conseguir uma bolsa de estudo para o estrangeiro.



Gosta do trabalho que faz?

— Gosto muito da profissão de mecânico, pois desde os 12 anos que estou nessa profissão.

O dinheiro que ganha chega para as suas necessidades?

— A profissão rende muito dinheiro e chega para as minhas necessidades pessoais, embora haja falta de material.

O que acha da situação política actual em África?

—A África atravessa um período bastante crítico, especialmente no seio da OUA. Os meus anseios são de que se chegue a um consenso, de contrário a África correrá o risco de se desmembrar.

E no país?

— A situação na nossa terra, está a andar bem, mas é necessário a participação activa da massa juvenil e não deixar tudo nos ombros dos nossos governantes.

Já viajou para o estrangeiro?

— Sim, já viajei até Gâmbia, mas não gosto de viajar por ser muito maçador, além de não me sentir seguro quando alguém conduz.

Que planos tens para o futuro?

— As minhas previsões para o futuro é continuar os estudos no exterior, uma vez que já concluí os meus estudos liceais.

Na mecânica?

— Não, noutra ramo, a mecânica é bonita, mas é maçadora.

Como pensa ser possível avançar nesta terra?

—A única forma de avançarmos na nossa terra é só unirmos em torno da produção e não esperarmos só pelas ofertas do exterior.

O povo quer vender

«Os jovens agora não querem trabalhar». Esta frase denuncia uma situação que preocupa os velhos agricultores. Isoladamente pode parecer uma simples queixa. Mas trata-se de uma questão que não deve ser dissociada do trabalho «bonito» que se está a fazer na frente leste ou melhor na Zona II do Desenvolvimento Rural, como tecnicamente toda a região é conhecida. Em Gabú o camarada Primeiro-Ministro pôde ter contacto com experiências agrícolas prometedoras e em franco desenvolvimento. Como é o caso de Gã Dja, onde existem campos de multiplicação e vulgarização da mancarra e do milho, e o projecto orizícola de Carantaba, no sector de Sonaco.

Várias dificuldades foram apresentadas à comitiva visitante e que se resumem essencialmente à falta de artigos de primeira necessidade e material agrícola. Em Sonaco o Primeiro-Ministro constatou pessoalmente o grande fosso existente entre as encorajadoras potencialidades agrícolas e a fraca oferta em produtos do comércio.

Amadú Baciro protestou contra aquilo que chamou de injustiças e suborno porque «estive preso durante onze dias, sem saber as razões. Quiseram subornar-me para confessar o que não é verdade».

A acusação que caiu como uma bomba (tendo alguém cochichado ao ouvido do repórter: isso é grave) viria a ter um ponta de dúvida,

marada Victor Saúde Maria ao responder às intervenções dos populares, afirmou que «os ladrões não têm lugar na nossa sociedade» que tinham que ser presos, julgados, fuzilados ou postos a trabalhar nas vias públicas, conforme a culpabilidade. Amadú Baciro desapareceu. Era impossível encontrá-lo no meio da multidão apinhada frente à residência do presidente do Comité de Estado.

Mais tarde que contaram-nos que se tratava de um ladrão. Contudo preferimos registar o facto.

Com efeito, o problema de roubo foi largamente levantado, não só em Gabú, como também em Bafatá, estando esta questão a preocupar seriamente a popu-

lação dos jovens nos trabalhos agrícolas. Uns porque trocam a vida rural pela da cidade, quando atingem um certo grau de escolaridade, outros porque preferem ir vender a sua força de trabalho nos países vizinhos, durante a época da chuva, deixando os velhos sozinhos a labutar nos «lugares».

O camarada Victor Saúde Maria manifestou a vontade do Governo em conseguir resolver algumas questões. «Vamos ver se conseguimos arranjar mais material agrícola e bicicletas. Vimos o trabalho que fizemos. É um grande encorajamento».

«Vamos construir esta terra passo a passo como dizia Cabral, não se deve saltar um muro

bilitam a resolução de todos os problemas.

O Primeiro-Ministro criticou a actuação dos jovens, destacando o papel que lhes é reservado na construção da nossa Pátria: «Os nossos jovens devem estar na vanguarda do trabalho».

Referiu-se ao problema de roubos chamando a atenção da população para certas situações que facilitam aquela prática. «Muitos ajudam o próprio ladrão. Muitos de vós recebem ladrões em casa. Recebem um ladrão que vem por exemplo de Bambadinka para roubar. Nós todos temos que ser polícias» precisou o Chefe do Governo.

NÃO É PRECISO DAR RECADO

Paulo Correia tocara, de grosso modo, nas questões levantadas. Reconheceu a urgência de serem instaladas oficinas de reparação de fabrico de material agrícola, conforme o desejo da população.

Ao exortar o povo a aumentar a produção, o Ministro do Desenvolvimento Rural diria que «só com o trabalho podemos ter as coisas que faltam. E só assim poderemos criar um homem novo consciente dos seus deveres e obrigações».

Por outro lado, o Ministro Paulo Correia defendeu a necessidade de a mulher ocupar o lugar que lhe é reservado na nossa sociedade. «A mulher conquistou o seu prestígio durante a luta de libertação», frisou.

A estadia da delegação do Primeiro-Ministro permitiu visitar algumas infra-estruturas do sector de Sonaco. «Temos que ser capazes de conservar as nossas coisas», observou Saúde Maria para o dirigente

do sector, quando percorria o edifício do Comité de Estado, que estava cheio de teias de aranha.

O Chefe do nosso Governo deteve-se por instantes nas lojas da Socomin e dos Armazéns do Povo, que estão longe de corresponder às palavras de ordem e discursos políticos. No primeiro local as prateleiras provocaram um susto. «M'bé» desabafou alguém atrás de nós. Via-se num canto uma fotografia, que servia de enfeite as amplas prateleiras sem um único artigo.

A loja da Socomin tinha escassos produtos de pouca utilidade para o mundo rural. «Os privados têm artigos porque os vendem a um preço mais elevado que nós», tentava justificar o responsável da loja.

Sem dúvida, está a ser uma prova do fracasso da política de fazer componês vender os seus produtos ao Estado na medida em que não têm nada a comprar. E mais ainda quando se trata de uma população próxima da fronteira.

Não é preciso dar um recado, como diria Bonco na reunião com os homens grandes de Gabú. «Nós estamos satisfeitos com a visita, porque só se dá recado quando não se pode ver a pessoa». Estas as palavras que Bonco utilizou para se referir à alegria e a oportunidade de poderem colocar as dificuldades, afinal, não seriam mais do que aquelas constatadas pelo Primeiro-Ministro.

«Cada um de nós que fazer o máximo, mas faltam meios. Nós reconhecemos que o Partido fez grandes esforços mas os homens grandes querem mais material de lavoura», reforçou, par-



Um campo de experimentação de arroz. Dez toneladas por hectare foi o resultado da primeira experiência

A população local manifestaria a disposição de acatar as orientações e palavras de ordem do Conselho da Revolução.

apesar de não estar dentro das nossas intenções fazer o juízo da situação.

Só que, quando o ca-

lação e as autoridades regionais.

Um dos pontos onde convergiu a opinião das massas foi a fraca par-

antes de chegarmos perto», frisou Saúde Maria, salientando que o nosso Estado ainda é novo, por isso, limitações impossi-

«Tenho 59 anos mas voltei aos 25 para tra

Em Cã Dja, a experiência da multiplicação da mancarra e do milho, está a ganhar um maior número de adeptos entre a população local, que graças à aplicação da técnica moderna, uma família consegue obter maiores resultados.

A comitiva visitou um campo de mancarra de três hectares, pertencente a uma família, onde a «proeza» da máquina de semear e outras técnicas ficaram bem patenteadas. De igual modo se pode referir aos dois hectares de milho preto.

«O nosso objectivo é abolir a técnica tradicional, através de uma aplicação progressiva da tracção animal. O nosso trabalho visa também a formação do camponês. Ele é que nos transmite as suas necessidades e nós damos orientações técnicas», afirmou-nos o engenheiro Sadjo.

A experiência alargada a Pitche, Pirada e Madina de Boé, é complementada com a alfabetização e formação de gestores nas tabancas.

No comício, a população criticou a improdutividade dos jovens que só pensam em ir ao Senegal

comprar coisas de «ronco» e mostrou a satisfação pelos resultados conseguidos na lavoura.

«Se houver mais máquinas de semear tragaminas. Também queremos mais charruas. Assim, produziremos como queremos», diria o velho Sambel Embaló, colaborador de secção, para insistir mais «necessitamos de carretas para burro. Não para transportar as coisas para fora. Mas ajuda-nos no transporte do material».

«Digo-vos que tenho 59 anos no Bilhete de Identidade».

produtos ao Estado

acrescentar que a região produz uma grande quantidade de batata doce, mandioca, ananás que infelizmente são levados para fora.

«O que o povo quer é vender os produtos ao Estado e poder comprar nas lojas quando precisar», afirmou, dizendo que «sobre o comércio não é preciso falar «tchéu». O Chefe do Governo deve tomar medidas. Não há nada nas lojas».

Bonco que falava em nome dos homens grandes, após criticar os falsos comerciantes que abundam na capital, possuem alvarás sem lojas e que açambarcam tudo, quiz saber em que pé se encontra o projecto de construção do Centro Islâmico de Gabú.

A NOSSA LIBERDADE

«Queremos pedir ao Governo para ajudar as mulheres a organizar a lavoura. Nós também lavramos. Cultivamos aquilo que é a nossa fruta: canja, djagatu, baguitche e outras», protestou por sua vez Cadi-djatu que interveio em nome das mulheres de Gabú.

«Esta é a primeira vez que falo numa reunião, porque agora temos coragem. Agora temos a nossa liberdade para expressar o que sentimos», continuou Cadi que elogiaria o trabalho da Comissão Nacional das Mulheres, porque acha que agora a sua actividade não se limita só a cobrança de quotas, «estamos a sentir o trabalho que está a fazer».

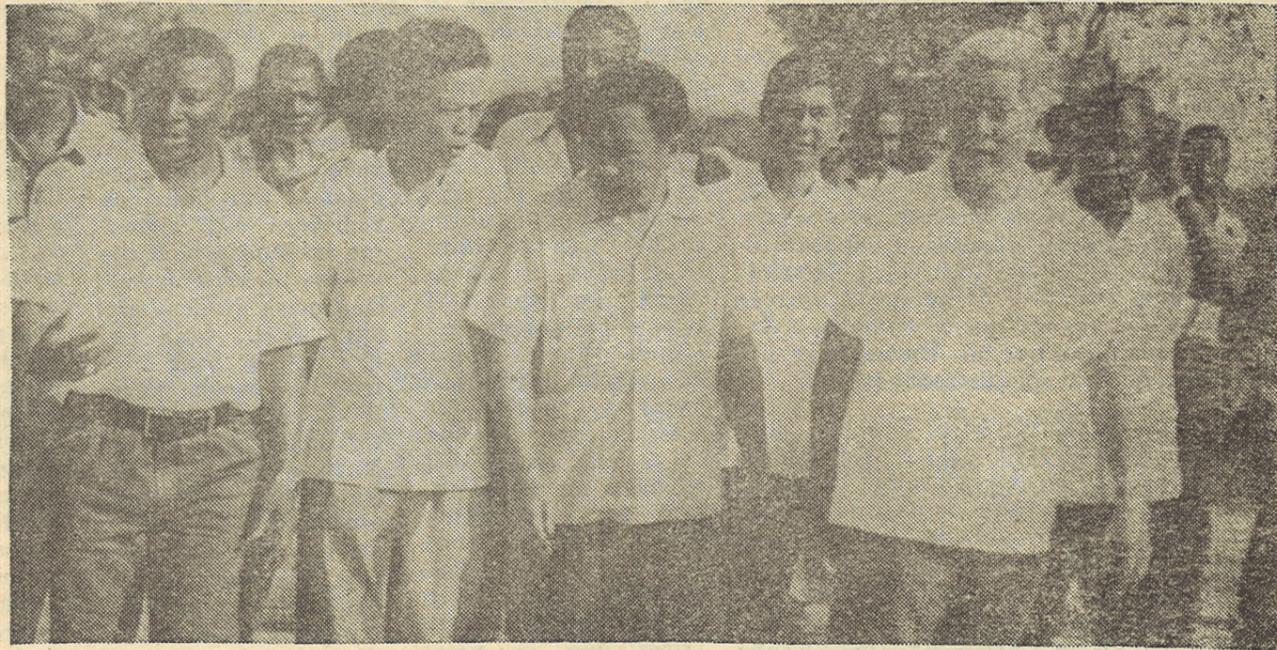
O camarada Victor Saúde Maria louvou o trabalho agrícola realizado pela população, lamentando o facto de não existirem estruturas para armazenar os nossos produtos.

«Quero felicitar a população da região de Gabú — disse — porque vimos que a tracção animal está a ser utilizada com rendimento e muitas famílias aumentaram as suas áreas de cultivo».

«O comércio deve ser organizado para servir os interesses do povo e não explorar. Esta é a preocupação do Governo. Queremos que os Armazéns do Povo tenham produtos. Temos muitas dificuldades. Ainda não conseguimos atingir os objectivos que nortearam a sua criação», considerou o Primeiro-Ministro, acrescentando ainda que «vamos ver qual será o papel a ser reservado aos Armazéns do Povo e ao comércio privado».

Paulo Correia caracterizaria o tipo de agricultura herdada do colonialismo que, segundo ele, era encaminhada para servir os interesses coloniais, o que, logicamente conduzia a valorização dos seus produtos, em detrimento dos nossos. «Em termos de indústria só instalavam pequenas unidades transformadoras, cujo objectivo era preparar os produtos em condições de serem levados para a sua terra», frisou.

«Não devemos desanimar. Com a mesma determinação com que fizemos a luta armada vamos chegar ao dia que ambicionamos», disse o Ministro Paulo Correia que ainda exortou a população a desenvolver a tracção animal, sublinhando: «Em vez de vermos o gado como carne, devemos também procurar vê-lo como um auxiliar, como a nossa máquina de lavoura. Não precisa de peças. Queremos dar material para esse trabalho».



O Primeiro-Ministro, ladeado de técnicos chineses, durante a visita à Carantaba

Carantaba: Conseguir cinco toneladas por hectare

«A crítica que temos a fazer é felicitar o trabalho feito pelos camaradas, durante este pouco tempo», afirmou Víctor Saúde Maria, depois de visitar o projecto orizícola de Carantaba e em resposta à solicitação feita pelos técnicos chineses.

O projecto orizícola nasceu com a assinatura de um processo verbal entre os Governos da Guiné-Bissau e da República Popular da China. Depois desse compromisso, os técnicos chineses iniciaram a tarefa de procurar o terreno que oferecesse condições. Primeiramente estiveram em Antula. Depois deslocaram-se ao sul para finalmente escolherem Carantaba.

Segundo Nhama da Costa, a iniciativa não teve praticamente apoio do Governo e a equipa chinesa teve que começar o trabalho em condições difíceis.

O projecto de Carantaba que visa a recuperação de 180 hectares de terreno ao longo do rio Corubal, já tem quase 70 por cento de trabalho concluído, que inclui a construção de bacia e canal com grandes capacidades. Segundo informações colhidas junto aos técnicos chineses, a bacia terá a capacidade para mais de 4 mil centímetros cúbicos de água.

Durante a primeira experiência realizada na época seca, conseguiu-se obter 10 toneladas de arroz por hectare. Este resultado só poderá ser conseguido em

condições muito especiais e com a utilização de fertilizantes.

Contudo os técnicos garantiram que para as nossas condições é possível conseguir-se 5 toneladas por hectare. Por outro lado, informaram que 100 hectares dos 180, previstos para a realização da multiplicação, serão submetidos ao processo de irrigação.

Conforme o chefe da missão chinesa, 80 por cento dos trabalhos da construção do centro estão já concluídos, como ainda 70 por cento dos da hidráulica, 70 da estrada e 40 de desmatamento. Este último está relativamente atrasado devido à avaria de algumas máquinas.

«Estes êxitos devem-se ao governo e aos quadros guineenses. Naturalmente, ainda temos dificuldades e já fizemos um relatório ao nosso governo», sublinhou o chefe da missão chinesa que informou que no próximo ano a construção do projecto deverá acabar, iniciando-se a fase da experimentação e vulgarização.

Após outras considerações, colocaria ao Ministro do Desenvolvimento Rural uma série de questões, entre as quais o problema do reduzido número de habitantes da localidade, que considerou insuficiente para trabalhar numa área tão grande.



A comitiva percorreu o extenso canal de irrigação, como documenta a gravura

balhar

idade. Já mudei para 25 anos, porque quero trabalhar com o Conselho da Revolução. Isso é que decidimos e os velhos pediram para eu contar» disse Sambel Embaló, para de novo afirmar que «nós quando edimos bicicletas é uma coisa séria. O camponês não quer bicicletas para brincadeira».

Saimos de Cã Djia e as palavras do agricultor Sambel perduravam nos nossos ouvidos. Eram uma advertência aos jovens. Esta determinação dos velhos de 25 anos da tabanca de Cã Djia.

Vivemos à margem das alterações das Leis do Jogo

«O nosso País não está vinculado oficialmente à FIFA e isso tem reflectido negativamente no nosso futebol». As palavras são do Presidente da Comissão Central de Árbitros, camarada Dr. Sabino José Dias.

Em entrevista concedida ao nosso jornal, o presidente da CCA fez críticas e umas achegas «aos elementos da FNF que se mostraram mais afoitos no início» e que no meio da caminhada «abriram os pára-quebras» deixando-se cair no marasmo. Na abordagem sobre os seus «pupilos» que têm sido açoitados em várias direcções, o nosso entrevistado não se mostrou «chocado» e encaixou algumas «estocadas», desportivamente, deixando transparecer uma certa dose de humor ao afirmar que «gostamos que nos critiquem domingo a domingo e, na semana em que não choverem as críticas sentimo-nos como que defraudados».

O actual presidente da Comissão Central de Árbitros, não chegou a ser árbitro, mas esteve quase a pertencer à «família» dos homens do apito. Efectivamente, «estive como candidato, de Novembro de 1961 a Março de 1962, altura em que deixei tudo e fui participar na Luta de Libertação Nacional». A Independência. E o desportista lá estava para dar a sua contribuição. Nos primeiros anos do pós-independência, na euforia da reconstrução das estruturas decadentes para as moldar às realidades nacionais, encontramos o Dr. Sabino Dias em Gabú, onde se prestou a entrar no «barulho» dos estádios. «Em Gabú estive ligado ao desporto pertencendo ao elenco directivo do clube local. Dei a minha contribuição e, creio que não desiludi, pois que quando fui transferido para Bissau, solicitaram-me para continuar vinculado ao clube como delegado junto à Federação».

As estruturas do desporto nacional «clamavam» por uma remodelação conjuntural. E, no novo elenco formado para pôr a «máquina»

da FNF a funcionar, o Dr. Sabino Dias foi indigitado como presidente da Comissão Central de Árbitros. «Fui convidado e aceitei para dar a minha contribuição no desenvolvimento do desporto nacional. Tenho um elenco bom. O clima é bom. A equipa da comissão central é formada por elementos incansáveis. O camarada Bial bem como o camarada Velez têm estado a dar uma boa colaboração. Em suma, toda a equipa, o Pina e os demais são fixos!...»

OS ÁRBITROS DE BANCADA

Entretanto, critica-se que a Comissão Central de Árbitros é dirigida por elementos afectos ao Benfica. Será uma constatação ou uma difamação? — Um ligeiro sorriso e afirmou: «Considero estas críticas uma difamação por um lado e, por outro, creio que qualquer pessoa tem simpatias por um clube. É uma opção que assiste a qualquer cidadão como direito de ter ou não um clube. No entanto, nas nossas reuniões, temos chamado a atenção dos árbitros sobre as

suas opções clubistas. É um ponto que batemos constantemente para que os árbitros não sejam influenciados por paixões clubistas». E, acha que a nossa arbitragem está decadente ou, devido à situação em que se encontra, o nosso futebol, ela estará em fase de estruturação? — Mexe-se, esfrega as mãos e afirma: «Este ano temos utilizado o método de reciclagem. Fazer revisão dos conhecimentos em todas as quartas-feiras». Reflete e acrescenta que «temos dificuldades porque o nosso País não está vinculado a qualquer organismo da FIFA. Entretanto, tem havido esforços dos nossos árbitros que, às vezes, quando se deslocam ao estrangeiro, «mendigam» junto dos colegas, folhetos com as novas alterações das Leis do Jogo. No entanto, para o ano, pensamos organizar um curso. Para já, a nossa maior dificuldade é formar equipas». Insistimos nas deslocações para os campos do interior. Certos árbitros são acusados de que só se deslocam quando têm interesse em beneficiar ou prejudicar certas equipas! — «Sobre as deslocações, são críticas falsas. Temos um calendário onde se previu que um árbitro não repetisse jogos de uma equipa. A nossa maior preocupação foi evitar o clubismo. Temos poucos árbitros e infelizmente não conseguimos acertar as coisas. No entanto, estamos a tentar uma saída com candidatos regionais. Tudo podia ser evitado se houvesse árbitros regionais. Não

existem condições». O presidente da Comissão Central acrescenta que «até aqui não sei como é feito o recrutamento. Ainda não debruçámos sobre a questão, mas vamos optar por um nível académico mais elevado na escolha dos candidatos. Um indivíduo com bons conhecimentos académicos é muito valioso na arbitragem». E, à guisa de desabafo, o nosso entrevistado exclama: «Há bons árbitros de bancada. Vêm tudo... sabem as Leis... Criticam. Só vêm da bancada, no entanto, nada fazem para ajudar. Há os antigos árbitros que abandonaram. Esses podiam ajudar também e nada fazem para tal...»

«NÃO HOMOLOGUEI O RESULTADO BENFICA-CANTCHUNGO»

O tempo ia escoando e... notámos um certo brilho no olhar do Dr. Sabino Dias e a sensação de querer «descarregar» algo. Assim, como a pergunta não aparecia disse: «Sinto pena daquilo que se passou no jogo Benfica-Cantchungo» — interrompemos incitando-o a continuar, visto que ainda não «despoletáramos» a questão por mera táctica. Continuou: «No decorrer do jogo tinha a meu lado o camarada Ulisses Monteiro, o presidente da Federação. Opinei, antes do início do jogo que o árbitro teve muita coragem para consentir que o desafio tivesse lugar num terreno impraticável. Na segunda parte, chovia torrencialmente e, se fosse eu o árbitro, inter-

rompia o jogo, mas ele continuou. Entretanto, surgiu o golo e a polémica em volta do tempo. Eu não cronometrei o tempo. Acto imediato, deu-se a invasão do campo pelo público. Não sei se o golo foi ou não fora do tempo regulamentar. Fui à cabine do árbitro e nesse espaço de tempo, como era natural, havia pessoas descontentes com o que se tinha passado dentro do rectângulo de jogo e, havia também as que estavam contentes. Na cabine, a equipa de Cantchungo declarou protesto. Muito bem. É seu direito protestar. Na confusão, um repórter perguntou-me qual era o resultado final do encontro e eu, obviamente, respondi que achava que era o resultado que toda a gente presenciou no campo. Creio que houve pessoas que captaram a minha resposta e a deturparam. Não homologuei o resultado do jogo! Foi uma pergunta de momento e a resposta respectiva que cabia dar. Existia ainda a confusão. No entanto, nessa noite foi radiodifundida que afirmei que o Benfica venceu por uma bola a zero.

Posso ter simpatias por um clube mas, não sou sócio de nenhuma colectividade. Desde já afirmo que, quando eu for levado a agir por paixão clubista, deixarei de fazer parte oficial no desporto nacional e passarei a dedicar-me ao clube da minha simpatia».

«O PÚBLICO DEVE ENCARAR A REALIDADE»

As especulações sobre o relatório do árbitro? — «No primeiro dia o árbitro não apareceu e, só apareceu no segundo dia com o seu relatório e, coincidiu que nós estávamos ali para nos reunirmos. Ele esteve a preencher algumas coisas e foi chamado a atenção pelo facto. E... Como a maioria dos árbitros possui um nível muito baixo de grau académico, temos estado a retocar e a coordenar as frases dos relatórios para uma maior clareza, a fim de apresentar ao Conselho de Disciplina relatórios que possam ser julgados com imparcialidade. No entanto, no relatório do jogo Benfica-Cantchungo não mexemos em nada». E, no referido relatório o ár-

bitro confirmou o golo? — «Sim. O árbitro referiu que o golo entrou no 90.º minuto...» — As circunstâncias, o momento que a bola par-

tiu... O público, essa massa anónima que enche os estádios de futebol. Juiz implacável. Crítico que nada tem de meigo, cujo alvo é o «Homem vestido de negro». Para o presidente da Comissão Central de Árbitros «o público tem tendências. Num desporto há vitória, empate e derrota. O público deve encarar essa realidade. O árbitro não é o motor que irá influenciar a máquina de uma equipa em campo, mas sim os jogadores é que têm essa missão. Em nome da Comissão Central faço um apelo ao público: Que compreenda que o árbitro é um homem sujeito a erros como qualquer ser humano que é».

A Federação Nacional de Futebol, o patrão-mor. «Temos boas relações apesar de as ideias não se coincidirem em múltiplos aspectos. Isso é normal numa equipa. A Federação tem apoiado as deslocações dos árbitros. Há dificuldades. Acho que a Federação deve ter apoio para poder cumprir a sua missão».

Crítica!... «Sim. Há camaradas na Federação que no início mostraram boa vontade e depois, gradualmente, deixaram-se cair no marasmo. Na Comissão Central alguns estão a dar o seu máximo. Têm os seus altos e baixos. É compreensível. Há momentos em que tudo nos corre mal na Comissão Central. Isso é natural. Por exemplo, nas semanas em que não tivermos críticas achamos que as coisas correram mal. Na Comissão fazemos críticas duras a uns e outros. Nessas ocasiões, geralmente, as coisas vão até ao ponto máximo e no fim saímos mais fortalecidos e mais unidos».

O campeonato das Reservas? Os árbitros são acusados da falta de comparência. — «Não sei como as coisas vão indo. Terminou!... Há clubes que quando têm jogadores castigados fazem esforços por cumprir o calendário. Deve ser revisto. Como afirmo já, temos problemas de falta de equipas de arbitragem».

Encontro nacional de quadros de Educação Física

Os quadros da Educação Física e Desporto, reunidos durante quatro dias no salão da UDIB, encerraram, ontem à noite, os trabalhos do segundo Encontro de Quadros Técnicos da Educação Física e Desporto. Os discursos da praxe foram pronunciados pelos camaradas Avito José da Silva, Ministro da Educação Nacional e Adelino Nunes Correia, Secretário de Estado da Juventude e Desporto.

Durante os quatro dias de trabalhos deste segundo encontro, foram discutidas várias questões relacionadas com o desporto e a educação física no país. Todavia, os debates incidiram-se nos relatórios apresentados pelos coordenadores regionais da Educação Física. Ressaltam nestes relatórios a falta de material como ponto comum de todas as regiões o que muito dificulta o bom funcionamento das aulas nestas disciplinas. En-

quanto que, para certas regiões, a carência de equipamentos no mercado é um «bico de obra» para os alunos apresentarem-se todos de branco nas aulas desta disciplina — cumprindo desta forma as directrizes emanadas do I Encontro de Quadros da Educação Física e Desporto.

Para além destes relatórios, foram abordados durante o encontro temas relativos a este sector entre os quais a

«Educação Física, Desporto e Ensino; Educação Física e Desporto e Órgãos da Comunicação Social; Educação Física e Desporto e a Saúde; Desporto e os Trabalhadores, assim como Educação Física e Desporto e a Mulher.

Nos finais dos trabalhos procedeu-se à votação do relatório final do encontro, além das leituras e votação das moções do encontro, os quais serão divulgados na nossa próxima edição.

Moçambique Leis para defesa da economia

A comissão permanente da Assembleia Popular moçambicana aprovou uma lei sobre a defesa da economia dos prejuízos causados pela sabotagem e a negligência.

Esta lei prevê pesadas penas para os crimes que resultarem em perdas económicas sérias, causadas por uma má gestão deliberada ou por relatórios falsos que ponham em perigo os planos económicos fixados. Estas penas vão de dois a oito anos de prisão.

No caso das consequências económicas serem menores, a lei prevê multas que podem implicar o desconto de metade do salário anual ou mais, ou então dois anos de prisão.

Haverá penas de dois anos de prisão ou mais para punir os crimes de abuso de poder e de corrupção, assim como penas de seis meses a dois anos para os especuladores, açambarcamento de géneros ou comércio ilegal. Qualquer pessoa condenada três vezes por especulação não poderá dedicar-se mais a qualquer actividade comercial.

LUANDA — Os primeiros 60 estudantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa começaram os estudos na escola de funcionários sindicais, inaugurada na cidade angolana de Malange.

Tentativa de golpe no Quénia Rebeldes continuam em fuga

Passado pouco mais de uma semana da tentativa de golpe de estado que visava o derrube do chefe de Estado queniano, Daniel Arap Moi, mais de uma centena de rebeldes continuam ainda em fuga ou refugiados nas florestas próximas da capital e da base aérea de Nanyuki, a 200 km ao norte de Nairobi.

Cento e vinte nove pessoas (fontes oficiais) morreram nesta rebelião, encabeçada pelas forças aéreas do Quénia (KAF) — conforme as palavras do chefe de Estado queniano, citado pela rádio «Voz do Quénia», quando falava na quinta-feira passada para os embaixadores acreditados em Nairobi.

Segundo um comunicado oficial, a maioria das vítimas são os rebeldes, os estudantes universitários que apoiaram os golpistas e os assaltantes dos estabelecimentos comerciais. Estes aproveitaram a confusão para devastar centenas de lojas, mas puseram-se entre dois fogos, durante a troca de tiros entre os rebeldes e as forças governamentais.

«Os rebeldes que ainda resistem e as pessoas que os abrigam serão mais duramente castigados do que os que já se entregaram», anunciaram no

sábado as autoridades quenianas. Um comunicado oficial informou também que a maioria dos insurrectos já foram detidos «com a ajuda da população», assim como um grande número de armas e munições já foi recuperado durante as buscas. O recolher-obrigatório mantém-se das 21 às 5 da manhã, em Nairobi e Nanyuki, uma das principais bases aéreas do país.

O comandante da força aérea, o major-general, P.M. Kariuki, não estava implicado na rebelião, soube-se de fonte oficial. A detenção de muitos golpistas foi realizada com a sua colaboração.

A tentativa teria sido dirigida pelo coronel Mwanthi, comandante da 58.ª brigada da cavalaria aérea da base de Embakasi, com o apoio das bases das KAF de Eastleigh e de Nanyuki. Ignora-se se o coronel se encontrava entre os quatro quenianos que se refugiaram na Tanzânia logo a seguir ao malogro do atentado, a bordo de um avião militar.

Desde a sua independência, há 19 anos, o Quénia não conhecia senão um único golpe de força, o de Janeiro de 1964, por parte do 11.º batalhão dos «Kenya Rifles».

Panamá: Demissão do Presidente Royo

Com a renúncia inesperada de Aristides Royo no dia 30 de Julho findo, alegando «razões de saúde», a chefia do Estado no Panamá passou para as mãos do então vice-presidente, Ricardo de la Espriella.

O novo presidente prometeu no acto de posse, continuar fiel aos ideais de Omar Torrijos, e comprometeu-se a antecipar de 1986 para 84 as eleições presidenciais, com a utilização de um processo eleitoral «limpo e honesto», que permita a participação de todos os políticos do país.

Entretanto, três dias depois da sucessão presidencial, anunciou-se na terça-feira passada um verdadeiro «tremor de terra de quadros», visando a substituição de funcionários

corruptos, tanto no governo central como na administração das províncias. As mudanças foram igualmente estendidas aos tribunais, escolas, serviços públicos, às empresas do Estado, Rádio, Televisão e ao serviço diplomático.

A oposição rejeitou a versão de «mudanças cimeiras», insistindo que se trata «de uma espécie de golpe de estado militar» efectuado no Panamá, sob forma de demissão voluntária do presidente.

Por outro lado, ao contrário do presidente demissionário, de la Espriella aceitou o programa de «endireitar a nação», elaborado pelos oficiais da Guarda Nacional. Estas mudanças coincidiram, um ano depois, com a comemoração da morte do líder da

nação e da revolução panamenha, o General Omar Torrijos.

Desde a morte de Torrijos que sectores pró-norte-americanos e o grande patronato pressionavam o Governo para abandonar a legisla-

ção laboral (contrariamente aos sindicatos), que tinha sido implantada por Torrijos. Segundo os observadores, é visível o contentamento da grande burguesia pela renúncia de Aristides Royo.

Venezuela reconhece a República Saharaui

A Venezuela reconheceu na terça-feira a República Árabe Saharaui Democrática (RASD), anunciou-se oficialmente em Caracas.

Segundo um comunicado do ministério venezuelano dos Negócios Estrangeiros, a entrada da República saharai no

seio dos países independentes constituiu um «novo passo na aplicação da política de descolonização das Nações e um triunfo legítimo do povo saharai».

Recorde-se que a RASD já foi oficialmente reconhecida por 47 países, sendo 27 africanos.

América Central: A caldeira continua fervendo

A criminoso invasão do Líbano pelas tropas israelitas, desviou momentaneamente a atenção da opinião internacional dos acontecimentos na América Central, onde se intensificaram bastante as lutas revolucionárias contra as oligarquias militares.

Contudo, desde o triunfo da revolta sandinista na Nicarágua, em 1979, a área central do continente americano entrou num permanente sobressalto.

Como que revigorados pelo exemplo ni-

caraguenho, movimentos de guerrilha até aí insignificantes, saíram da sua letargia, unindo-se em amplas frentes político-militares, para relançar a luta no El-Salvador e na Guatemala, onde os regimes no poder governam com o mesmo despotismo do ditador Somoza.

Ultimamente, esta agitação popular contra os opressores alastrou também às Honduras, onde têm sido frequentes os actos de sabotagem, com a particularidade de se limitarem sobretudo

aos centros urbanos, contrariamente ao El-Salvador e a Guatemala, países onde a guerrilha é activa em todo o território nacional.

No El-Salvador, a estratégia da principal organização revolucionária a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), que consiste em paralisar a vida económica do país, está dando bons resultados. A maior parte das cidades salvadorenhas carecem de combustível e de energia.

O regime subsiste

graças a ajuda militar e aos bilhões de dólares norte-americanos, que lhe permitem ainda manter a guerra.

Na Guatemala, as novas autoridades também estão aflitas com a guerrilha, que multiplicou as suas operações em todo o país. Proclamaram a amnistia em Março, mas esta foi rejeitada pelos combatentes. Novas frentes de luta surgiram, levando o governo a declarar o estado de sítio e a legalizar a pena de morte, assim como o recrutamento forçado de todos os homens

entre os 18 e os 30 anos.

Para contrariar este avanço impetuoso da revolução na América Central, o imperialismo utiliza a tática da desunião entre os Estados vizinhos, fabricando questões entre a Nicarágua e os seus vizinhos e levando as Honduras a intervir com 2 mil homens em El-Salvador.

No entanto, o perigo de regionalização do conflito, não deverá impedir a manifestação da solidariedade latino-americana, que saiu reforçada do conflito das Malvinas.

GUERRILHA

LIMA — Guerrilheiros ocuparam, na segunda-feira, duas aldeias no departamento peruano de Ayacucho, no sudeste do país. 40 guerrilheiros assaltaram também as povoações de Cayagua e de Huallaguano, que abandonaram em seguida, depois de se terem abastecido em víveres e medicamentos. Outras informações indicaram que os revoltosos dinamitaram uma central e fizeram explodir uma ponte neste departamento.

VIETNAM

HANOÍ — Nguyen Co Thach, ministro vietnamita dos Negócios Estrangeiros, declarou-se «muito satisfeito» com a sua digressão pelo sudeste asiático. Preciso que a sua visita a Tailândia permitiu estabelecer «uma atmosfera de desanuviamento e de diálogo».

«Concordamos que, se não se pode fazer nada para melhorar a paz e a estabilidade, devemos ao menos abster-nos de envenenar a situação», afirmou Co Thach.

JORNALISTAS

LISBOA — Os jornalistas portugueses decidiram entrar em greve a 10 de Agosto, para protestar contra o encerramento da Agência Nacional de Imprensa (ANOP), decidido pelo governo na semana passada. A assembleia geral do Sindicato dos Jornalistas aprovou, por outro lado, uma proposta de expulsão do sindicato, do actual Primeiro-Ministro, Francisco Pinto Balsemão, antigo jornalista.

AMNISTIA

KAMPALA — Cem presos, detidos na caserna militar de Makindye, em Kampala, foram libertados, informou na segunda-feira o jornal ugandês «Taifa Empya».

Cimeira adiada por falta de quorum

Os chefes de Estado e de Governo e delegados de 29 países africanos presentes em Trípoli, envidaram todos os seus esforços para que a Conferência cimeira da OUA não se redundasse num fracasso deliberadamente urdida pelas forças contrárias à unidade do continente. A Cimeira oficial da OUA não se realizou. Mas os participantes em Trípoli decidiram reunir-se voluntariamente para debater a crise que afecta a organização.

Concluíram o encontro adoptando uma resolução denominada «Declaração de Trípoli», recomendando a convocação de uma cimeira extraordinária o mais rápido possível. Considerando a recusa de participação de outros dirigentes africanos na Conferência de Trípoli, como uma tentativa perigosa de divisionismo dos Estados africanos e a destruição da nossa organização pan-africana, os signatários da declaração de Trípoli manifestaram a sua viva deploração a essa atitude, lançando um

fervoroso apelo à unidade e à defesa dos interesses que nos são comuns, porque «a força da OUA reside na sua unidade».

Nessa sua resolução final, os altos dirigentes africanos reafirmaram a sua vontade de lutar para a consolidação da Carta da OUA, particularmente no que respeita ao aumento de apoio aos movimentos de libertação no Continente e para a concretização dos objectivos prescritos pela organização «de identificação e coordenação da cooperação entre os estados membros e de desenvolver esforços a fim de possibilitar a criação de melhores condições de vida aos seus povos».

SETE CHEFES DE ESTADO PARA PREPARAR NOVA CIMEIRA

Devido à falta de «quorum» (34 representantes) necessário para a realização da 19.ª cimeira da OUA, os 29 chefes de Estado e de Governo, juntamente com os dirigentes dos movimentos legítimos de libertação nacional

presentes em Trípoli, tiveram uma reunião informal que terminou na segunda-feira. Nesta reunião foi criado um comité de sete membros, cuja missão é estabelecer acções diplomáticas junto dos países ausentes em Trípoli, para que a cimeira da OUA se possa realizar antes de 31 de Dezembro de 1982 e antes do final da Assembleia Geral da ONU.

Os dirigentes africanos adoptaram neste encontro uma resolução afirmando a sua solidariedade com a Líbia e condenando as manobras imperialistas de desestabilização do continente. Reunidos com a RASD e o Tchad presentes, os chefes de Estado afirmaram o seu apoio à justa luta do povo saharauí e exortaram as duas partes em conflito no Sahara Ocidental (a Frente Polisário e o Marrocos) a estabelecerem conversações bilaterais com vista à paz. A resolução final acrescentou ainda a este respeito que a admissão da RASD na OUA foi um passo importante na via de um regulamento pacífico do conflito.

Numa declaração anexa a propósito do Tchad, os dirigentes africanos condenaram implicitamente o chefe das Forças Armadas do Norte (FAN) Hissene Habré, por ter tomado o poder pela força em N'Djamena. Com isso, a declaração conjunta apela a todos os Estados africanos a colaborarem no processo de paz no Tchad.

Sobre a África Austral, os 29 países afirmaram que não poderá haver nem paz nem segurança nesta região sem a independência da Namíbia e sem a abolição do «apartheid» na África do Sul, ao mesmo tempo que rejeitaram a tentativa de se ligar a descolonização da Namíbia com a retirada dos cubanos de Angola.

A declaração final condenou igualmente a bárbara agressão de Israel a Beirute, e reclama a retirada das forças israelitas do Líbano. A par disso, criticou vivamente o emprego «abusivo» do direito de veto pelos Estados Unidos na ONU a favor de Israel.

Estruturas da OUA estão ultrapassadas

disse o sociólogo Yaia Djalló

«Se a OUA não é capaz de resolver os conflitos que aparecem no continente é porque sempre esteve sob dominação imperialista», declarou ao «Nô Pintcha» Yaia Djalló, presidente do Conselho Africano dos Sociólogos e Antropólogos e representante do Centro de Estudos Económicos e Sociais do Terceiro Mundo em África (com sede em Dakar, Senegal).

Ele respondia a uma pergunta sobre a possibilidade de desmembramento da Organização da Unidade Africana, devido ao problema criado à volta da admissão da República Árabe Saharauí Democrática.

O sociólogo fundamentou a sua declaração, afirmando que todos os povos africanos são amantes da paz, situando o problema a nível das estruturas da Organização pan-africana, que considera ultrapassadas na actual realidade do continente. «A África tem de

redefinir o seu papel no xadrez político mundial, e teremos que deixar de apreciar os problemas tomando posições que não são nossas» — disse Yaia Djalló. No caso concreto da admissão da RASD, pensa ser melhor a análise da questão por peritos alheios ao Secretariado da OUA.

CORRIGIR A HISTÓRIA COLONIAL

Dois objectivos trouxeram Yaia Djalló a Bissau: conhecer este país de grandes homens, como Cabral, — conhecido desde 1953 —, que fizeram uma valente luta armada de libertação nacional e investigar a participação da Guiné-Bissau numa exposição sobre a história dos povos africanos a realizar em Outubro.

Para o sociólogo é necessário corrigir a história contada pelos colonialistas e contar a verdadeira história dos povos desde o seu início, daí a importância concedida ao certame que dentro em breve terá lugar.

Ponto de ordem: Um recado aos estudantes que partem

Dentro em breve, os estudantes começarão a partir rumo a países mais desenvolvidos, sobretudo, para países da Europa, a fim de prosseguirem os seus estudos universitários e médios. É uma procissão a que já nos vimos habituando e a qual não poderemos fugir, nem a curto nem a médio prazo, enquanto não possuímos estabelecimentos de ensino capazes de os absorver. Quantos voltarão? Quantos, após concluírem os seus estudos, regressarão para virem dar o seu contributo na gigantesca tarefa de construir uma nação próspera e justa? Infelizmente, para os países do 3.º Mundo, sobretudo para os PMA (Países Menos Avançados) esse é um dos problemas mais agudos a enfrentar: a fuga de cérebros.

Quantos preferirão a vida fácil, atraente, bem remunerada e alienante nos países ricos, à luta sem quartel contra a fome, a miséria, a doença, o obscurantismo, em prol do homem no seu processo de desenvolvimento? O eterno binómio rico-pobre, desenvolvido-subdesenvolvido.

Apetece perguntar se a política de formação de quadros no exterior é um acto inserido no processo de desenvolvimento ou é mais um aprofundar do fosso que separa o Norte do Sul subdesenvolvido? Não nos iludamos. Nas perspectivas actuais do PMA, e tendo em conta as últimas estatísticas, a possibilidade de formação de quadros vindos do 3.º Mundo, resulta em ganho para os desen-

volvidos, sobretudo os países ocidentais. Na verdade, o Ocidente encontra nos quadros que aí resolvem descobrir o «Eldorado», uma mão de obra barata não só no custo de produção, já que a maior parte dos encargos da sua formação básica recai sobre os magros orçamentos do 3.º Mundo, como também na sua remuneração. O salário real é mais baixo do que o do técnico europeu, dado o esforço que o terceiro-mundista terá que desenvolver para ser aceite. Que fazer? Uma das hipóteses seria conseguir a colaboração do país receptor no sentido de remeter os certificados comprovativos do curso ao governo do país dador, a fim de obrigar o recém-formado a deslocar-se para o seu país de origem e, portanto, ter que trabalhar o mínimo de anos estipulado pela lei. Mas, para nosso azar, a «democracia» europeia não aceita tal. Prefere aumentar o fosso do subdesenvolvimento, a sacrificar o «sacrossanto» direito do indivíduo. Uma estranha concepção de ajuda! Ao Terceiro Mundo (continuamos a referir ao 3.º Mundo subdesenvolvido), só lhe resta continuar a engrossar o fluxo, na esperança de que, a consciência dos nossos quadros sobre a pobreza e o sacrifício que deixaram, os leve a retomar o percurso de volta. No caso concreto da Guiné-Bissau, essa esperança adquire a sua força no próprio projecto político do Combatente da Liberdade da Pátria que, ainda jovem, se deu totalmente à luta de libertação na certeza de que a geração mais nova saberá reconhecer tudo isso

pondo totalmente os conhecimentos adquiridos ao serviço da Pátria. O exemplo de Portugal é elucidativo. Quantos médicos, engenheiros, enfermeiros, enfim, quadros superiores e médios engrossam as fileiras do mercenariado em Portugal?

O país tem muita dificuldade? É normal, somos subdesenvolvidos e isto diz tudo. Recusar enfrentar estas dificuldades, é um acto inglório e nenhum alibi pseudo-político poderá justificá-lo.

Aos que brevemente irão partir queremos recordar-lhes que, regressar ao país ao fim de «x» anos de estudos não pode ser tomado como um acto de sacrifício. É necessário encarar tal facto como parte dum processo de luta para arrancar o país do subdesenvolvimento.

Por maior riqueza que possamos ter esperança da sua existência no subsolo, sem homens capazes de as pôr ao serviço da sociedade, não valerão.

Por maior que seja a pobreza em que nos encontramos sem quadros detentores de conhecimentos jamais conseguiremos emergir dela. A vossa contribuição é necessária para que o projecto do Combatente da Liberdade da Pátria não fique comprometido e para que o nosso povo combatente possa dizer «valeu a pena o sacrifício da luta».

Cabral dizia, que o homem, é o capital mais caro do nosso país. É necessário investi-lo em prol do desenvolvimento.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÔ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

REDACÇÃO: António Tavares, Baltazar Bebiano, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigo, João Fernandes, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. MAQUETAGEM: Cândido Camará. FOTOGRAFIA: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. SECRETARIA DA REDACÇÃO: Euridice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.